

# Sumário

<b>Lista de Ilustrações</b> .....	XI
<b>Lista de Abreviaturas e Siglas</b> .....	XIII
<b>Prefácio</b> .....	1
<b>Introdução</b> .....	5
<b>1 Advocacia-Geral da União: origem e competências</b> .....	9
1.1 Origem da Advocacia-Geral da União .....	19
1.2 As carreiras jurídicas da AGU .....	26
1.3 Competências da Advocacia-Geral da União.....	31
1.3.1 Competências constitucionais do Advogado-Geral da União.....	36
<b>2 O Advogado-Geral da União e a defesa do ato normativo no controle concentrado de constitucionalidade</b> .....	41
2.1 A gênese da função da defesa da norma no contexto da Assembleia Nacional Constituinte .....	44
2.2 A abrangência da função de defesa da norma.....	50
2.2.1 Ação Direta de Inconstitucionalidade .....	51
2.2.2 Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão .....	52
2.2.3 Ação Declaratória de Constitucionalidade .....	54
2.2.4 Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental.....	56
2.2.5 Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva.....	60
2.3 Interpretações do texto constitucional e a curadoria especial de presunção de constitucionalidade.....	62
2.3.1 Interpretação literal e a formação de um processo contraditório .....	64
2.3.2 A atual posição do STF sobre o papel do Advogado-Geral da União.....	73

2.3.3 A função de curador da presunção de constitucionalidade frente às atribuições constitucionais ordinárias do Advogado-Geral da União .....	81
2.3.3.1 Assessoramento jurídico no âmbito das informações presidenciais prestadas nas ações diretas .....	86
2.3.3.2 Assessoramento jurídico na elaboração da peça inaugural do controle de constitucionalidade .....	89
2.3.3.3 Assessoramento jurídico na elaboração de parecer nas hipóteses de veto ou sanção presidencial.....	93
2.3.4 O direito de livre manifestação .....	94
2.3.4.1 O direito de livre manifestação e a contribuição para os diálogos constitucionais .....	99
<b>3 Manifestações do Advogado-Geral da União: estudo quantitativo e qualitativo dos dados levantados .....</b>	<b>119</b>
3.1 Quanto à origem da lei ou do ato normativo impugnado.....	121
3.2 Quanto à manifestação sobre a admissibilidade da ação direta .....	126
3.3 Quanto à manifestação sobre o mérito.....	132
3.3.1 Nova Lei de Abuso de Autoridade (ADIs nº 6.302, nº 6.266, nº 6.236, nº 6.239).....	140
3.3.2 Alterações de regras eleitorais e sobre o Fundo Eleitoral (ADI nº 6.297).....	144
3.3.3 Discussão sobre a organização de partidos políticos (ADI nº 6.230) .....	146
3.3.4 Auxílio educação pago a membros do Ministério Público Estadual (ADI nº 5.782).....	148
3.3.5 Vacância de cargos de eleição majoritária e vocação sucessória promovida pela Lei nº 13.165/2015 (ADI nº 5.525) .....	151
3.3.6 Estabilidade financeira para os servidores do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas e da Assembleia Legislativa (ADI nº 5.441) .....	154
3.3.7 Outros casos de livre manifestação?.....	156
3.4 Quanto à taxa de êxito das manifestações .....	164

<b>Conclusão .....</b>	<b>173</b>
<b>Referências .....</b>	<b>177</b>